



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS, SITUADO NA RUA DOMINGOS BARBIERI, 100, FONTE LUMINOSA, ARARAQUARA-SP

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023

PROCESSO DAAE Nº 091 de 10/01/2023

AGIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 26.427.482/0001-24, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, tempestivamente, por meio de seu representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a classificação da empresa **EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP** pelos fundamentos expostos a seguir.

1. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA INABILITAÇÃO DE EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP

1.1 A Recorrida cotou composição da remuneração a menor, conforme abaixo:

1.1.1 PORTARIA CENTRAL, USINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PRAÇA ETA FONTE, NÃO COTADO reflexo do repouso semanal remunerado sobre o adicional noturno

1.1.1.1 não calculou reflexo do repouso semanal remunerado sobre o adicional noturno. Como o artigo 7º da Lei 605/49 e o artigo 10 do Decreto 27.048/49 preceituam que a remuneração do descanso semanal corresponde a um dia normal de trabalho. Em consequência, trabalhando o empregado em horário noturno, o adicional correspondente faz parte da sua jornada normal, sendo devido o respectivo no DSR, conforme entendimento jurisprudencial abaixo.

“MENSALISTA. ADICIONAL NOTURNO. REFLEXOS EM REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS DEVIDOS. Embora o reclamante seja mensalista, tal condição não afasta o **direito de receber os reflexos do adicional noturno porque a parcela tem natureza salarial e, assim, deve compor a base de cálculo dos repousos semanais remunerados e feriados**, aplicando-se o disposto no art. 7º da Lei 605/49 e art. 10 do Decreto 27.048/49.

(TRT-3 - RO: 00107648020185030139 0010764-80.2018.5.03.0139, Relator: Convocado Jesse Claudio Franco de Alencar, Quinta Turma)”

1.1.1.2 não calculou hora noturna reduzida conforme art. 73, § 1º, da CLT e conforme entendimento jurisprudencial abaixo.

HORA NOTURNA REDUZIDA. O cômputo da hora noturna reduzida é norma de ordem pública, prevista no art. 73, § 1º, da CLT, que visa garantir a higidez física e mental do obreiro, sendo suficiente que o autor informe a jornada noturna por ele laborada a ensejar a aplicabilidade do referido dispositivo, sendo certo que a hora noturna reduzida aplica-se a todos os trabalhadores, inclusive aos que laboram no módulo semanal de 12X36.

(TRT-1 - RO: 01017483820175010063 RJ, Relator: ROBERTO NORRIS, Data de Julgamento: 24/04/2019, Quinta Turma, Data de Publicação: 08/05/2019)

1.1.2 TÓTOS OS POSTOS, COTOU VALE ALIMENTAÇÃO errado



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA

Protocolo: 000525/2023 - 02/03/2023 09:35:04

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO
PRESENCIAL 004/2023 - PROCESSO 091/2023

Nome: AGIL EIRELI

1.1.2.1 a convenção coletiva em anexo estabelece máximo de desconto de R\$ 1,27 da alimentação mensal do empregado, porém, para todas as planilhas a Recorrida descontou 18%.

1.1.3 TOTOS OS POSTOS, COTOU cesta básica errado

1.1.3.1 a convenção coletiva em anexo estabelece valor mínimo de R\$ 132,49 mensal de cesta básica sem desconto, porém Recorrida descontou 5%, bem como não cotou cesta básica para férias.

1.1.4 TOTOS OS POSTOS, não cotou COPARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA CATEGORIA

1.1.4.1 a convenção coletiva em anexo estabelece na cláusula 8ª R\$ 32,05 de COPARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA CATEGORIA, porém, não fora cotado em todos os postos

1.1.5 TOTOS OS POSTOS, cotou a menor custo de 13º e 1/3 de férias (adicional de férias)

1.1.5.1 Art. 7º, Inciso VIII, da CFB/1988 e Art. 1º ao 3º da Lei 4.090/1962 e Art. 1º, Parágrafo Único, da Lei 7.787/1989, estabelecem custo mensal de 8,33% de 13ª e 2,77% de adicional de férias, total de 11,11%, porém, para todos os postos recorrida cotou apenas 8,33%.

1.1.6 TOTOS OS POSTOS, não cotou Aviso-Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Ind., Multa do FGTS, Aviso-Prévio Trabalhado, Multa do FGTS – Rescisão Sem Justa Causa, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho

1.1.6.1 Para todos os postos não foi cotado Aviso-Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Ind., Multa do FGTS, Aviso-Prévio Trabalhado, Multa do FGTS – Rescisão Sem Justa Causa, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho, conforme base legal abaixo

| | | |
|---|--------|---|
| 01 - Aviso-Prévio Indenizado | 0,4600 | Art. 7º, Inciso XXI, da CFB/1988 e Art's. 477º, 487º à 491º, da CLT. (5% Resolução 98/2009 da CNJ). |
| 02 - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Ind. | 0,0400 | Acórdão 2.217/2010 TCU - Plenário. |
| 03 - Multa do FGTS | 0,0200 | Art. 18, §1º, da Lei 8.036/90 e Art. 1º da Lei Complementar 110/2001. |
| 04 - Aviso-Prévio Trabalhado | 0,0185 | Acórdão 3.006/2010 TCU - Plenário. |
| 06 - Multa do FGTS – Rescisão Sem Justa Causa | 4,1810 | Art. 18, §1º, da Lei 8.036/90 e Art. 1º da Lei Complementar 110/2001. |
| 02 - Ausência por Doença | 0,0200 | Art. 7º, Inciso III, da CFB/1988 e Art. 201 Inciso I e Art 476 da CLT; Art 18 Inciso I, e Art. 59 ao 6, e Lei 8.213/91 |
| 03 - Licença-Paternidade | 0,0174 | Art. 7º, Inciso XVII e Art. 10, da ADCT da CFB/1988 |
| 04 - Ausências Legais | 0,1000 | Art. 131, Inciso I, e Art. 473, Inciso I ao IX, da CLT |
| 05 - Ausência por Acidente de Trabalho | 0,0442 | Art. 131, Inciso III, e Art. 201, Inciso I; ambos da CLT, Art 18 ao 21 da Lei Federal 8.213/91; Art. 30 ao 32 do Decreto 3.048/99 e IN do Ministério do Trabalho 84/2010. |

1.1.7 TOTOS OS POSTOS, não cotou incidência INSS e FGTS sobre 13º, férias, 1/3 de férias, Aviso-Prévio Indenizado, Aviso-Prévio Trabalhado, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho

1.1.7.1 Para todos os postos não cotou incidência INSS e FGTS sobre 13º, férias, 1/3 de férias, Aviso-Prévio Indenizado, Aviso-Prévio Trabalhado, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho, conforme base legal do link a seguir:
https://www.sitecontabil.com.br/tabelas/tabela_incendencia_inss_fgts_irrf.html

2. DOS PEDIDOS.

2.1 Por todo exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, a **AGIL EIRELI**, requer:

2.2 a desclassificação da empresa Recorrida EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP pois apresentou proposta inexecutável, não cotou salários e encargos obrigatórios por lei

SEGUE ANEXO CONVENÇÃO COLETIVA.

Nestes termos,

Pede deferimento.

AGIL EIRELI

AGIL

EIRELI:2642748

2000154

Assinado de forma digital

por AGIL

EIRELI:26427482000154

Dados: 2023.03.01

21:51:51 -03'00'

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023 PROCESSO DAAE Nº 091 de 10/01/2023 RECURSO ADMINISTRATIVO contra a classificação da empresa EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP

Comercial 1 - Grupo S.S. <comercial1@gruposs.net>

Qua, 01/03/2023 21:56

Para: Andrews Wesley de Oliveira <ucl@daaeearaquara.com.br>;Renata Rodrigues

<protocolo@daaeearaquara.com.br>;Marcelo Luiz Assumpcao <gadm@daaeearaquara.com.br>;Eduardo C. Sampaio

<gsup@daaeearaquara.com.br>;Josiane Belo Majela <upe@daaeearaquara.com.br>

Cc: Comercial 1 - Grupo S.S. <comercial1@gruposs.net>

SEGUE ANEXO RECURSO ASSINADO DE FORMA DIGITAL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023 PROCESSO DAAE Nº 091 de 10/01/2023 RECURSO ADMINISTRATIVO contra a classificação da empresa EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS, SITUADO NA RUA DOMINGOS BARBIERI, 100, FONTE LUMINOSA, ARARAQUARA-SP

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023

PROCESSO DAAE Nº 091 de 10/01/2023

AGIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 26.427.482/0001-24, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, tempestivamente, por meio de seu representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a classificação da empresa **EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP** pelos fundamentos expostos a seguir.

1. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA INABILITAÇÃO DE EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP

1.1 A Recorrida cotou composição da remuneração a menor, conforme abaixo:

1.1.1 PORTARIA CENTRAL, USINA DE RESIDUOS SOLIDOS, PRAÇA ETA FONTE, NÃO COTADO reflexo do repouso semanal remunerado sobre o adicional noturno

1.1.1.1 não calculou reflexo do repouso semanal remunerado sobre o adicional noturno. Como o artigo 7º da Lei 605/49 e o artigo 10 do Decreto 27.048/49 preceituam que a remuneração do descanso semanal corresponde a um dia normal de trabalho. Em consequência, trabalhando o empregado em horário noturno, o adicional correspondente faz parte da sua jornada normal, sendo devido o respectivo no DSR, conforme entendimento jurisprudencial abaixo.

“MENSALISTA. ADICIONAL NOTURNO. REFLEXOS EM REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS DEVIDOS. Embora o reclamante seja mensalista, tal condição não afasta o direito de receber os reflexos do adicional noturno porque a parcela tem natureza salarial e, assim, deve compor a base de cálculo dos repousos semanais remunerados e feriados, aplicando-se o disposto no art. 7º da Lei 605/49 e art. 10 do Decreto 27.048/49.

(TRT-3 - RO: 00107648020185030139 0010764-80.2018.5.03.0139, Relator: Convocado Jesse Claudio Franco de Alencar, Quinta Turma)”

1.1.1.2 não calculou hora noturna reduzida conforme art. 73, § 1º, da CLT e conforme entendimento jurisprudencial abaixo.

HORA NOTURNA REDUZIDA. O cômputo da hora noturna reduzida é norma de ordem pública, prevista no art. 73, § 1º, da CLT, que visa garantir a higidez física e mental do obreiro, sendo suficiente que o autor informe a jornada noturna por ele laborada a ensejar a aplicabilidade do referido dispositivo, sendo certo que a hora noturna reduzida aplica-se a todos os trabalhadores,

inclusive aos que laboram no módulo semanal de 12X36.

(TRT-1 - RO: 01017483820175010063 RJ, Relator: ROBERTO NORRIS, Data de Julgamento: 24/04/2019, Quinta Turma, Data de Publicação: 08/05/2019)

1.1.2 TOTOS OS POSTOS, COTOU VALE ALIMENTAÇÃO errado

1.1.2.1 a convenção coletiva em anexo estabelece máximo de desconto de R\$ 1,27 da alimentação mensal do empregado, porém, para todas as planilhas a Recorrida descontou 18%.

1.1.3 TOTOS OS POSTOS, COTOU cesta básica errado

1.1.3.1 a convenção coletiva em anexo estabelece valor mínimo de R\$ 132,49 mensal de cesta básica sem desconto, porém Recorrida descontou 5%, bem como não cotou cesta básica para férias.

1.1.4 TOTOS OS POSTOS, não cotou COPARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA CATEGORIA

1.1.4.1 a convenção coletiva em anexo estabelece na cláusula 8ª R\$ 32,05 de COPARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA CATEGORIA, porém, não fora cotado em todos os postos

1.1.5 TOTOS OS POSTOS, cotou a menor custo de 13º e 1/3 de férias (adicional de férias)

1.1.5.1 Art. 7º, Inciso VIII, da CFB/1988 e Art. 1º ao 3º da Lei 4.090/1962 e Art. 1º, Parágrafo Único, da Lei 7.787/1989, estabelecem custo mensal de 8,33% de 13ª e 2,77% de adicional de férias, total de 11,11%, porém, para todos os postos recorrida cotou apenas 8,33%.

1.1.6 TOTOS OS POSTOS, não cotou Aviso-Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Ind., Multa do FGTS, Aviso-Prévio Trabalhado, Multa do FGTS – Rescisão Sem Justa Causa, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho

1.1.6.1 Para todos os postos não foi cotado Aviso-Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Ind., Multa do FGTS, Aviso-Prévio Trabalhado, Multa do FGTS – Rescisão Sem Justa Causa, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho, conforme base legal abaixo

| | | |
|---|--------|---|
| 01 - Aviso-Prévio Indenizado | 0,4600 | Art. 7º, Inciso XXI, da CFB/1988 e Art's. 477º, 487º à 491º, da CLT. (5% Resolução 98/2009 da CNJ). |
| 02 - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Ind. | 0,0400 | Acórdão 2.217/2010 TCU - Plenário. |
| 03 - Multa do FGTS | 0,0200 | Art. 18, §1º, da Lei 8.036/90 e Art. 1º da Lei Complementar 110/2001. |
| 04 - Aviso-Prévio Trabalhado | 0,0185 | Acórdão 3.006/2010 TCU - Plenário. |
| 06 - Multa do FGTS – Rescisão Sem Justa Causa | 4,1810 | Art. 18, §1º, da Lei 8.036/90 e Art. 1º da Lei Complementar 110/2001. |
| 02 - Ausência por Doença | 0,0200 | Art. 7º, Inciso III, da CFB/1988 e Art. 201 Inciso I e Art 476 da CLT; Art 18 Inciso I, e Art. 59 ao 6, e Lei 8.213/91 |
| 03 - Licença-Paternidade | 0,0174 | Art. 7º, Inciso XVII e Art. 10, da ADCT da CFB/1988 |
| 04 - Ausências Legais | 0,1000 | Art. 131, Inciso I, e Art. 473, Inciso I ao IX, da CLT |
| 05 - Ausência por Acidente de Trabalho | 0,0442 | Art. 131, Inciso III, e Art. 201, Inciso I; ambos da CLT, Art 18 ao 21 da Lei Federal 8.213/91; Art. 30 ao 32 do Decreto 3.048/99 e IN do Ministério do Trabalho 84/2010. |

1.1.7 TOTOS OS POSTOS, não cotou incidência INSS e FGTS sobre 13º, férias, 1/3 de férias, Aviso-Prévio Indenizado, Aviso-Prévio Trabalhado, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho

1.1.7.1 Para todos os postos não cotou incidência INSS e FGTS sobre 13º, férias, 1/3 de férias, Aviso-Prévio Indenizado, Aviso-Prévio Trabalhado, Ausência por Doença, Licença-Paternidade, Ausências Legais, Ausência por Acidente de Trabalho, conforme base legal do link a seguir: https://www.sitecontabil.com.br/tabelas/tabela_incidencia_inss_fgts_irrf.html

2. DOS PEDIDOS.

2.1 Por todo exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, a **AGIL EIRELI**, requer:

2.2 a desclassificação da empresa Recorrida EFP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP pois apresentou proposta inexecutável, não cotou salários e encargos obrigatórios por lei

SEGUE ANEXO CONVENÇÃO COLETIVA.

Nestes termos,

Pede deferimento.

AGIL EIRELI